



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA**

**Supervisão de Gestão de Contratos**

Rua Libero Badaró, 425, 34º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009-000

Telefone: 2075-7253

**Contrato; Nº N° 03/SMIT/2022**

PROCESSO Nº 6023.2021/0001894-8

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL ATUAM NO CENTRO TECNOLÓGICO DE LOGÍSTICA - CTL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - SMIT, LOCALIZADO NA RUA DA COROA, Nº 1751, VILA GUI CEP: 02047-020, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO - I ENTRE SI A SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA.

**VALOR TOTAL:** R\$ 1.348,92 (UM MIL TREZENTOS E QUARENTA E OITO CENTAVOS)

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA Nº** 23.10.15.122.3024.2.100.3.3.90.30.00.00

**NOTA DE EMPENHO Nº** 22.206/2022

A SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **46.392.163/0001-68**, situada na Rua Líbero Badaró, 425 - 34º andar – Centro – CEP: 01009-000 – São Paulo/SP, doravante denominada **CONTRATANTE**, por intermédio do seu seu Chefe de Gabinete **GEORGE AUGUSTO DOS SANTOS RODRIGUES**, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria SMIT n.º 67, de 28 de agosto de 2018, e de outro lado a Empresa **DHOSPEM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **37.425.594/0001-92**, com sede na Rua Chile, nº 22 – Sala 1007 - Centro – CEP: 40020-000 - Salvador - Bahia, doravante denominada **CONTRATADA**, representada legalmente por **ANA CARLA DE ALMEIDA MORAIS**, portadora da Cédula de Identidade RG n.º **08.994.518-29** e inscrita no CPF/MF sob n.º **023.738.285-70**, nos termos da autorização contida no despacho sob doc. **058846560** publicado no Diário Oficial da Cidade de 19/02/2022, do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Municipal 13.278/2002, regulamentada pelo Decreto 44.279/2003, demais legislação pertinente e na conformidade das condições e cláusulas que seguem:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS**

1.1. O presente contrato tem como objeto a **aquisição de equipamentos de proteção individual** dos servidores que atuam no Centro Tecnológico de Logística - CTL da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia - SMIT, localizado na Rua da Coroa, nº 1751, Vila Guilherme - São Paulo - SP - CEP: 02047-020, observadas as especificações constantes no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Capacete de proteção, aba tipo 2 frontal, classe A/B, polietileno, dimensão 13,3 cm x 21,9 cm x 29,1 cm, 0,31kg, resistente a impactos e choques elétricos de até 30KV de tensão, suspensão de plástico, espuma hipoalérgica.	Unidade	9
2	Luva de segurança, de cinco dedos, confeccionada em couro (vaqueta) na palma e dorso, com reforço interno na palma, contra agentes abrasivos e escoriantes, certificação segurança C.A 43361, acabamento no punho com viés	Unidade	9
3	Sapato de segurança preta confeccionada em couro, biqueira em aço, fechamento em elástico nas laterais, palmilha de montagem Conflex, colarinho Napa Dolaro Sintética, solado PU/PU Bidensidade.	Unidade	9

1.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a fornecer o objeto de acordo com as descrições, características e especificações técnicas constantes no **Termo de Referência**, da sua Proposta de Preços, do Edital que precedeu a contratação e demais elementos que compõem o processo administrativo mencionado no preâmbulo, os quais passam a integrar este Instrumento para todos os fins independentemente de transcrição.

1.3. Ficam também fazendo parte deste Contrato, mediante termo aditivo, quaisquer modificações que venham a ocorrer.

**2. CLAUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA**

2.1. O **prazo de vigência** deste contrato será contado da data de sua assinatura até a efetiva entrega do objeto, não extinguindo as obrigações advindas do prazo de **garantia dos produtos**.

2.2. Os equipamentos deverão ser entregues de forma única em até **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do **recebimento** da Nota de Empenho.

2.3. A entrega deverá ser realizada na **Rua da Coroa, 1.751 – Vila Guilherme – CEP: 02047-020 – São Paulo/SP**, mediante agendamento através do telefone (11) 2218-1133 ou do e-mail [nffigueredo@prefeitura.sp.gov.br](mailto:nffigueredo@prefeitura.sp.gov.br) com a Sra. Neide Fernandes de Figueiredo, indicado no item 6, do Termo de Referência Anexo-I do Edital.

2.4. Somente serão analisados pela Administração os pedidos de prorrogação de prazo(s) para entrega do material deste contrato, os que se apresentem com as condições seguintes:

- a) Até a data final prevista para a entrega; e,
- b) Instruídos com justificativas, nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, e respectiva comprovação.

2.4.1. Os pedidos instruídos em condições diversas das previstas no subitem anterior serão indeferidos de pronto.

2.5. Os itens adquiridos deverão ter prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, com prazo mínimo de **30 (trinta) dias** contados do ateste de recebimento pela unidade requisitante.

2.5.1. Em caso de entrega de produto defeituoso ou sem as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência, a **CONTRATADA** terá o prazo de **10 (dez) dias** corridos para substituir/reparar o objeto, a partir da formalização da **CONTRATANTE** por e-mail.

2.6. A Contratante rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos produtos, com indicação dos motivos, caso sua qualidade seja considerada inferior à solicitada de acordo com as especificações técnicas do **Termo de Referência**, parte integrante deste instrumento.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. O valor total da presente contratação é de **R\$ 1.348,92 (um mil, trezentos e quarenta e oito reais e noventa e dois centavos)**, conforme especificações de preços abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTDE.	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Capacete de proteção, aba tipo 2 frontal, classe A/B, polietileno, dimensão 13,3 cm x 21,9 cm x 29,1 cm, 0,31kg, resistente a impactos e choques elétricos de até 30KV de tensão, suspensão de plástico, espuma hipoalérgica. CA 34414 NBR8221 – COR BRANCA MARCA CAMPER	09	UND	R\$ 45,00	R\$ 405,00
2	Luva de segurança, de cinco dedos, confeccionada em couro (vaqueta) na palma e dorso, com reforço interno na palma, contra agentes abrasivos e escoriantes, certificação segurança C.A 43361 TAMANHO 22 CM MARCA ARCLAN COR CINZA	09	UND	R\$ 48,00	R\$ 432,00
3	Sapato de segurança preta confeccionada em couro, biqueira em aço, fechamento em elástico nas laterais, palmilha de montagem Conflex, colarinho Napa Dolaro Sintética, solado PU/PU Bidensidade.	09	UND	R\$ 56,88	R\$ 511,92
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 1.348,91</b>

3.2. As despesas correspondentes da presente contratação onerarão a Dotação Orçamentária de n.º **23.10.15.122.3024.2.100.33903000.00**, do orçamento vigente, suportada pela Nota de Empenho de nº **22.206/2022**, no valor de **R\$ 1.348,92 (um mil trezentos e quarenta e oito reais, e noventa e dois centavos)**.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E REAJUSTES

4.1. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

4.2. Não haverá reajuste nem atualização de valores.

### 5. CLÁUSULA QUINTA – DA PROMOÇÃO DE INTEGRIDADE

5.1. Conforme disposto no Decreto 44.279/03, com a redação que lhe atribuiu o Decreto Municipal nº 56.633/2015, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

### 6.1. Compete à **CONTRATADA**:

6.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

6.1.2. Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente entrega do objeto contratual, de acordo com o estabelecido no Instrumento convocatório, na proposta de preços e na legislação em vigor;

6.1.3. Atender ao prazo de entrega nos endereços conforme Termo de Referência Anexo - I do Edital.

6.1.4. Substituir os materiais que apresentarem defeitos ou incorreções no prazo estipulado no **Termo de Referência**.

6.1.5. Comunicar formalmente à Contratante, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis** que antecedem o prazo de vencimento da entrega dos materiais, os motivos que impeçam ou impossibilite o seu cumprimento, se for o caso.

6.1.6. Repor o material em que se verifique danos em decorrência do transporte, bem como providenciar a substituição dos mesmos no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

6.1.7. O material de origem estrangeira deverá conter obrigatoriamente as orientações ao usuário escritas em língua portuguesa, conforme o disposto na Lei nº 8.078/90, Art. 31 do Código do Consumidor.

6.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6.1.9. A Contratada sujeitar-se-á às disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC), Lei nº 8.078/1990;

6.1.10. Atender todas as exigências e especificações contidas no Edital e seus anexos mesmo que não transcritas no presente Termo de Contrato.

### 6.2. Compete à **CONTRATANTE**:

6.2.1. Enviar para a **CONTRATADA** a Nota de Empenho;

6.2.2. Comunicar à **CONTRATADA** por escrito todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição do material;

6.2.3. Rejeitar no todo ou em parte, o material entregue pela **CONTRATADA** que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência;

6.2.4. Pedir a troca dos materiais cuja inadequação só foi notada posteriormente, dentro do prazo de até **30 (trinta) dias corridos** contados a partir do recebimento dos materiais;

6.2.5. Fornecer à **CONTRATADA** todos os elementos indispensáveis para cumprimento do Contrato;

6.2.6. Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à **CONTRATADA**;

6.2.7. Esclarecer, prontamente, as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela **CONTRATADA**;

6.2.8. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que o regem;

6.2.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos entregues, conforme as especificações do Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.2.10. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, na figura de Servidor especialmente designado conforme este Termo de Referência;

6.2.11. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** nos preços e nas condições pactuadas no presente instrumento;

- 6.2.12. Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- 6.2.13. Exigir da **CONTRATADA**, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
- 6.2.14. Indicar e formalizar o(s) responsável(is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços, nos termos do Decreto Municipal nº 54.873/2014.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data de entrega definitiva dos materiais, devidamente atestados pela unidade requisitante, mediante a entrega da Nota Fiscal / Nota Fatura.

7.1.1. A Nota Fiscal / Nota Fiscal Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.

7.1.2. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da **CONTRATADA**, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7.2. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no Banco do Brasil S/A, nos termos do disposto no Decreto Municipal nº 51.197/2010.

7.3. Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05/2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

7.3.1. Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% "pro-rata tempore"), observando-se, para tanto o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

7.3.2. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela **CONTRATADA**.

7.4. Quaisquer pagamentos não isentarão a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do material.

7.5. Os pagamentos obedecerão ao disposto nas Portarias da Secretaria Municipal da Fazenda (SF) em vigor, notadamente a Portaria SF nº 92, de 16/05/2014, alterada pela Portaria SF 8/2016, e Portaria SF 170/2020, ficando ressalvada qualquer alteração quanto às normas referentes a pagamento, em face da superveniência de normas federais ou municipais sobre a matéria.

7.6. A documentação a ser entregue pela **CONTRATADA** em cada pagamento é a seguinte:

7.6.1. Primeira Via da Nota Fiscal;

7.6.2. Nota fiscal fatura;

7.6.3. Cópia reprográfica da Nota de Empenho.

7.6.3.1. Na hipótese de existir Nota de retificação e/ou Nota Suplementar de Empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos citados.

7.6.4. Demais documentos elencados na Portaria 92/2014 da Secretaria da Fazenda do Município de São Paulo, alterada pela Portaria SF 8/2016, e Portaria 170/2020, exigíveis na espécie.

7.6.5. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

7.7. Por ocasião de cada pagamento serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

7.8. A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem 7.6.4. não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DO CONTRATO, DAS ALTERAÇÕES E DA RESCISÃO

8.1. O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal 8.666/93 combinada com a Lei Municipal 13.278/2002, Decreto Municipal 44.279/2003 e demais normas complementares aplicáveis à espécie.

8.2. O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

8.3. A **CONTRATANTE** se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do percentual de **25% (vinte e cinco por cento)**, do valor inicial atualizado do contrato, nos termos deste.

8.4. Dar-se-á a rescisão do contrato em qualquer dos motivos especificados no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, bem assim o referido no parágrafo único do artigo 29 da Lei Municipal nº 13.278/2002, independentemente da notificação ou interpelação judicial.

8.5. Em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 79, inciso I da Lei 8.666/93 ficam reconhecidos os direitos da Administração especificados no mesmo diploma legal

## 9. CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. O fornecimento do objeto será feito conforme o **Edital da licitação** que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.

9.2. A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela **CONTRATANTE**, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme **Cláusula Sétima**.

9.2.1. A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 54.873/14.

9.3. O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 73, da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas municipais pertinentes.

9.4. O objeto contratual será recebido pela **CONTRATANTE**, e após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da Nota de Empenho, para fins de pagamento.

9.5. Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

9.5.1. O recebimento e aceite do objeto pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, equipamentos aplicados ou disparidades verificadas posteriormente.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. São aplicáveis as sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02 e demais normas pertinentes, devendo ser observados os procedimentos contidos no Capítulo X, do Decreto Municipal nº 44.279/03.

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.1.1. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) Comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação e/ou,

b) Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

10.2. A Contratada estará sujeita às seguintes multas:

10.2.1. Multa diária por atraso no fornecimento do objeto contratado, pelo período máximo de 10 (vinte) dias: 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato.

10.2.1.1. No caso de atraso por período superior a **10 (dez) dias**, poderá ser promovida, a critério exclusivo da **CONTRATANTE**, a rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato, além da impossibilidade de aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de **02(dois) anos**.

10.2.2. Multa por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições deste item, bem assim por desatendimento as determinações da fiscalização do ajuste : 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor do ajuste, por ocorrência.

10.2.3. Multa por produto entregue em desacordo com as especificações do Edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição ou complementação, no prazo estabelecido: 5% (cinco por cento) sobre o valor do produto entregue em desacordo.

10.2.4. Multa por problemas técnicos relacionados com o produto entregue, independentemente da sua correção, no prazo estabelecido pela contratante: 5% (cinco por cento) sobre o valor do produto com problemas.

10.2.4.1. Findo o prazo estabelecido, em não sendo resolvidos os problemas, será considerado inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.

10.2.5. Multa pela inexecução parcial do ajuste 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada.

10.2.6. Multa pela inexecução total do ajuste: 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

10.3. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

10.4. O valor das multas será atualizado monetariamente, nos termos da Lei nº 10.734/89, com a redação que lhe atribuiu a Lei 13.275/2002 e alterações subsequentes.

10.5. Das decisões de aplicação de penalidades, caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, e protocolizado nos dias úteis, das 09:00 às 18:00 horas, na Rua Líbero Badaró, 425, 34º andar, São Paulo – SP, na Comissão Permanente de Licitação Nº 01 após o recolhimento em agência bancária dos emolumentos devidos.

10.5.1. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

10.5.2. Caso a CONTRATANTE releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste contrato e do Edital que o precedeu.

10.6. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenas. A critério da Administração e em sendo possível o valor devido será descontado da importância que a mesma tenha a receber. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A Gestão do presente contrato caberá aos servidores nominalmente designados pela autoridade competente, em regular despacho, nos termos do Decreto Municipal nº 54.873/2014.

11.2. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização, não eximirá a Contratada das responsabilidades contratuais.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

12.2. Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

**Contratante:** Rua Líbero Badaró, 425 - 34º andar – Centro – CEP: 01009-000 – São Paulo/SP.

**Contratada:** Rua Chile, nº 22 – Sala 1007 - Centro – CEP: 40020-000 - Salvador - Bahia.

12.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

12.4. Fica a contratada ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

12.5. A Contratada deverá comunicar a Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.6. O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a Lei Municipal nº 13.278/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, mais precisamente o Juízo Privativo das Varas da Fazenda Pública, para dirimir eventual controvérsia decorrente do presente ajuste, o qual preterirá a qualquer outro, por mais privilegiado que possa se afigurar.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato assinado pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

**GEORGE AUGUSTO S. RODRIGUES**  
Chefe de Gabinete  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA  
**CONTRATANTE**

**ANA CARLA DE ALMEIDA MORAIS**  
Representante Legal  
DHOSPEM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS LTDA  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

**NOME:** Thamires Lopes Soares da Silva  
**RF:** 851.020-2

**NOME:** Carla Lois Lopes de Almeida  
**RF:** 881.489-9



Documento assinado eletronicamente por **Thamires Lopes Soares da Silva, Supervisor(a)**, em 24/02/2022, às 16:42, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



Documento assinado eletronicamente por **George Augusto dos Santos Rodrigues, Chefe de Gabinete**, em 24/02/2022, às 18:21, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



Documento assinado eletronicamente por **Carla Lois Lopes de Almeida, Assessor(a) Administrativo(a) II**, em 25/02/2022, às 08:28, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **059272886** e o código CRC **60F0EE15**.